

# DA VIOLÊNCIA DECLARADA À GUERRA SUBLIMADA: AS “PACIFICAÇÕES” DOS ÍNDIOS NO BRASIL

*Leandro Mendes Rocha*

## **Resumo**

Este artigo analisa a ação do Estado no sentido de contatar grupos indígenas autônomos, subordinando-os à chamada sociedade envolvente. A partir de um caso noticiado na grande imprensa, o artigo faz uma retrospectiva da política indigenista voltada aos grupos ainda autônomos em relação à sociedade majoritária ao longo do século XX, ressaltando a violência e as relações de dependência subjacentes a tais ações estatais.

Palavras-chaves: Índios; política indigenista; século XX.

Apenas dois anos antes do fim do século XX, a grande imprensa brasileira noticiou um episódio inusitado. Na divisa do Brasil com o Peru ocorreu uma dessas descobertas que, no mundo inteiro, alimentam o fascínio, a curiosidade e os mitos a respeito da Amazônia. Depois de sobrevoar durante quatro dias uma área de floresta densa e inacessível por terra, uma equipe do órgão do governo brasileiro encarregado dos assuntos indígenas, a Fundação Nacional do Índio – Funai – vislumbrou entre a copa das árvores doze construções alongadas, com cerca de 15 metros de comprimento cada. Observadas do alto, pareciam enormes casulos. Eram as malocas de uma tribo indígena desconhecida. Até então, toda a informação que se tinha a respeito desses índios eram as fotos aéreas de suas malocas. A Funai estima que ali vive um grupo de 200 pessoas. Não se sabe que língua falam, a que etnia pertencem e quais são seus hábitos e costumes. Eis o relato:

Achados dessa natureza são quase inacreditáveis numa época em que satélites em órbita da Terra conseguem esquadrihar cada metro quadrado da superfície. A Amazônia é a última região do planeta onde ainda vivem grupos humanos completamente desconhecidos. Tais grupos humanos “autônomos” em relação à sociedade brasileira são chamados pelo Estado de índios isolados. Até o começo do século era comum a descoberta de novas tribos na África, na Austrália e em ilhas do Pacífico. Hoje, muitas delas continuam bastante isoladas, mas são todas conhecidas e bem estudadas pelos antropólogos. Na Amazônia é diferente. Ali ainda existem comunidades cujo único conhecimento da chamada civilização tecnológica se limita ao ronco dos motores dos aviões que, esporadicamente, sobrevoam suas áreas. Vivem em estágio bastante primitivo, caçando, pescando e, em alguns casos, cultivando pequenas roças. As estimativas indicam que dos 270 grupos indígenas existentes no Brasil 55 nunca tiveram um contato formal com indigenistas. Essas tribos recebem da Funai a vaga denominação de “índios isolados”. As poucas informações disponíveis sobre elas são relatos feitos por colonos ou caboclos ribeirinhos que vivem em áreas relativamente próximas ou por equipes da Funai que sobrevoam a área das tribos para confirmar sua existência.

Longe de tudo — A mais nova tribo descoberta no Brasil vive num dos locais mais longínquos e pouco explorados da selva amazônica. É uma região próxima ao Rio Envira, perto da divisa com o Peru, a 480 quilômetros de Rio Branco, a capital do Acre. Chegar lá de carro é impensável. A estrada mais próxima fica a 127 quilômetros. De barco é preciso enfrentar uma viagem de semanas por rios pouco navegados até hoje. O povoado mais próximo é uma comunidade rural do município de Jordão, com trinta habitantes, distante 21 quilômetros. O único modo de observar a tribo é sobrevoá-la num pequeno bimotor. O avião aterrissa e decola numa pista minúscula, com 10 metros de largura e pouco mais de 100 metros de extensão, coberta de mato e situada a 43 quilômetros do local.

Ao contrário de outras tribos, os índios da fronteira com o Peru não fazem suas casas em clareiras abertas na mata. Em vez disso, habitam ocas que ficam mergulhadas na floresta. Mesmo de avião é muito

difícil identificá-las entre a copa das árvores. Para encontrá-los, a equipe da Funai, acompanhada por um repórter e um fotógrafo de VEJA, teve de sobrevoar a floresta durante vinte horas em vôos intercalados a paradas para descanso e reabastecimento. “É como procurar agulha em palheiro”, diz Sydney Possuelo, chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai. “Isso explica por que a tribo levou tanto tempo para ser localizada.”

Três mortes — A Funai decidiu ir atrás da nova tribo ao saber da morte de três moradores da região. Elas ocorreram em diferentes períodos e foram atribuídas aos índios pela população de Jordão. O caso mais recente foi o assassinato do agricultor Domingos Neves, de 34 anos. No dia 8 de dezembro do ano passado, ele voltava de uma pescaria quando parou para acender um cigarro. “Dois índios surgiram como que do nada e o atacaram”, conta o irmão da vítima, Luiz Carlos Neves, de 24 anos. O corpo foi encontrado perfurado por duas flechas, uma no ombro e outra no abdome, esfaqueado e sem o olho esquerdo. As testemunhas das mortes dizem que nunca tinham visto esses índios pelas redondezas.

Ao ouvir os primeiros relatos dos moradores, Possuelo chegou a imaginar que os índios envolvidos nessas mortes fossem de uma outra tribo isolada, localizada também na fronteira com o Peru, mas já identificada pela Funai. Depois dos sobrevôos, ao ver as malocas compridas, distantes da outra aldeia e mais próximas do vilarejo das vítimas, concluiu que eles pertenciam mesmo àquela tribo desconhecida. “A aldeia fica muito perto dos lagos onde as pequenas comunidades buscam o sustento nesta época do ano”, explica. “Os índios vão pescar ou caçar, descobrem que os brancos estão levando sua comida e resolvem matá-los.” A Funai não pretende entrar em contato direto com os índios por terra. Em vez disso, quer mantê-los no isolamento em que estão hoje. Para garantir que isso aconteça e evitar novas mortes, vai retirar da área os trinta moradores do vilarejo. A mudança deve acontecer nos próximos dois meses. “É a decisão mais lógica”, diz Possuelo. “São 200 índios contra trinta brancos. Então, é mais razoável deixar os índios, que estão aqui há muito mais tempo.” (Revista Veja, 10/06/1998)

Esta notícia é um exemplo de um dos capítulos mais interessantes da história da expansão das “fronteiras da civilização”<sup>1</sup> no Brasil ao longo dos seus 500 anos de história. Que leitura poderíamos fazer deste relato?

Por trás desta capa de exotismo com a qual se revestem os primeiros contatos com estes grupos humanos, existe, entretanto, uma dura realidade, marcada por toda sorte de violência, não necessariamente física, mas de outras formas. Os primeiros contatos são quase sempre marcados por violências e também pelas diferentes formas de sujeição e dominação a que se vêm gradativamente submetidos os índios, uma espécie de guerra não declarada, através de outros meios, mais sutis.

Desde o início do século XX, o Estado brasileiro vem buscando controlar este momento inicial de contato entre os índios e brancos através de uma ideologia pacifista e humanista. Com efeito, a partir da criação do SPI, em 1910, um novo paradigma, humanista, foi posto em prática pelo Estado brasileiro, no sentido de estabelecer os primeiros contatos sem o recurso da força bélica. Assim, ficou célebre a famosa frase do General Rondon, fundador do Serviço de Proteção aos Índios: “Morrer, se preciso for, matar, nunca”. Quais os elementos colocados em jogo por este novo paradigma? E a violência, foi realmente suprimida?

Com estas intervenções, o Estado exerce a sua prerrogativa de monopólio legítimo da força. As chamadas pacificações não significam, entretanto, que sejam na verdade os primeiros contatos, mas sim, no dizer de Lima (1992, p.115), o momento de desempenho de atos heróicos da legitimação do SPI e da sua sucessora – Funai – que, com suas ações, capacitam-se como interlocutores entre a sociedade majoritária e os índios.

No que diz respeito aos índios “isolados”, fazem-se necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a própria idéia de isolamento é equivocada, uma vez que, como atesta a literatura antropológica, talvez nunca tenha havido na história da humanidade um grupo humano realmente isolado. Neste sentido, seria mais correto falarmos de grupos autônomos em relação à sociedade branca e que o Estado, através de sua agência indigenista, denomina de “isolados”.

Por outro lado, os índios autônomos, “isolados”, desconhecem os caminhos que levam a Brasília, nunca ouviram falar do Estado, portanto não podem fazer reivindicações sobre seus direitos, como fazem as demais etnias assistidas pela Funai. Só adquirem visibilidade quando, por iniciativa do Estado, a agência indigenista anuncia o ato heróico do

sacrifício de seus “sertanistas” para estabelecer o contato pacífico, a “pacificação”, o chamamento ao seio da nação brasileira de mais um “irmão desgarrado” da comunidade nacional. Entram na história pelas mãos e sob o controle do Estado, desaparecendo a seguir dos noticiários para reaparecer, mais tarde, quando começam as conseqüências do “processo civilizatório”, isto é: fome, epidemias, invasões e conflitos fundiários, mendicância etc.

Até o início dos anos 80, as intervenções do Estado no sentido de contatar os grupos isolados visava tão somente a garantir um maior controle do Estado para o processo de gradual inserção dos índios na sociedade nacional. Até então, as ações de pacificação balizavam-se por ideologias integracionistas profundamente marcadas por idéias de cunho evolucionista, em que o Estado deveria garantir as condições para que, de forma gradativa e minimamente traumática, os índios fossem se incorporando à massa de trabalhadores nacionais, na condição de camponeses ou pequenos agricultores.

Nos anos 80, como conseqüência dos ventos liberalizantes da política brasileira, que culminaram com a elaboração da Constituição de 1988, a política do Estado brasileiro para os índios isolados passa a se orientar para a autonomia desses povos, rejeitando-se qualquer tipo de iniciativa integracionista.

“A Funai, respaldada na Constituição Federal de 1988, está seguindo uma política orientada para a autonomia desses povos, rejeitando qualquer tipo de iniciativa integracionista. Assim, ao contrário da visão difundida até poucos tempo, os grupos isolados não são aqueles que obrigatoriamente devam ser atraídos ou contatados para pacificamente serem incorporados à sociedade brasileira.” (Brasil Indígena, 1992)

Com esta nova postura, o Estado logrou incorporar em sua política uma velha proposição de alguns antropólogos, que, como Darci Ribeiro (1962), propunham que os grupos isolados ou arredios, com praticamente nenhum contato direto com a sociedade majoritária, e que não corressem risco de serem alcançados pela expansão da sociedade majoritária, deveriam ser deixados em paz. A intervenção no sentido de contatá-los só deveria ocorrer em último caso, quando houvesse a iminência da

presença de frentes de expansão da sociedade brasileira, representada, por exemplo, por garimpeiros, agricultores, criadores etc. Esta postura explica as declarações do responsável pela equipe da Funai, no sentido de só haver a decisão de fazer a “pacificação” após terem ocorrido mortes ou situações conflitivas que pudessem redundar em mortes.

Embora a ênfase não seja mais o contato, uma vez gerado o conflito (pretenso ou real) e constituídas as turmas de pacificação, os diversos elementos colocados em jogo pelas partes envolvidas e suas conseqüências práticas, como veremos a seguir, talvez não tenham mudado tanto assim.

Em suas análises sobre o poder tutelar, Souza Lima (1992, p. 26-27) sugere que as “pacificações e atrações” podem ser vistas como atualização de métodos de “deslocamento das relações de violência às relações de poder” feita pelo Estado que, através do poder tutelar, exerce em proveito próprio uma das suas funções principais: a de mediação, arbitragem e exploração.

Portanto, uma outra leitura possível é aquela que destaca que as “pacificações” podem ser vistas também como “estratégias” militares de “guerra e conquista sublimada” destinadas aos povos indígenas em “guerra” com os “civilizados”.<sup>2</sup>

Mas o que vem a ser pacificação? Quem nos responde é Ribeiro:

A pacificação é, em essência, uma intervenção deliberada numa situação de conflito aberto entre índios e civilizados, movidos uns e outros por um ódio incontido e pela maior desconfiança mútua. Para o índio hostil ou arredio, o civilizado é um inimigo feroz a quem cumpre combater ou evitar. É como tal que ele encara os servidores do SPI, identificando-os com os invasores de suas terras que avançam pelas matas afugentando a caça com armas poderosas e barulhentas, assaltando suas aldeias e dizimando os índios com que deparam. (Ribeiro; 1977, p.151)

As dificuldades para se estabelecer o processo de pacificação dos índios são muitas. Aspectos diversos podem influenciar no processo, como, por exemplo: a extensão territorial; a magnitude demográfica da população envolvida; a história pregressa violenta ou não da experiência vivida pelo grupo até a chegada das “turmas de pacificação”; os aspectos inerentes à cultura do grupo tribal envolvido (mais aguerrido ou não); a

leitura que o grupo faz dos acontecimentos; a hostilidade das populações regionais, que vêem no índio um obstáculo para o seu progresso, etc.

Para iniciar os trabalhos, é constituída uma “turma de pacificação”. Esta tem de convencer os índios de que se trata de gente diversa daquela que os índios estão acostumados a ver penetrar em seus territórios. Para tanto, é feita uma operação arriscada, ou seja, antecipar-se às outras frentes de contatos possíveis (garimpeiros, seringueiros etc.), adentrando o território indígena o mais longe possível, e instalar uma base de apoio bem protegida dos possíveis ataques dos índios, mas ao mesmo tempo demonstrando não pretender usar qualquer recurso que leve o índio a vislumbrar um caráter belicoso da expedição.

A chefia das turmas de pacificação é confiada a homens experimentados nos trabalhos do sertão e no trato com os índios. Sempre que possível são integrados por índios do mesmo tronco lingüístico, já aculturados, para servirem de guias e intérpretes. (Ribeiro; 1977, p. 152)

A turma localiza-se normalmente em locais próximos a meios de comunicação – rios, estradas ou alguma clareira aberta na floresta – para garantir a retirada em caso de algum revés e o contínuo abastecimento da expedição. Uma vez atingido o território tribal, é instalado um abrigo provisório, o Posto de Atração, composto por uma casa bem protegida, para fazer face a possíveis ataques dos índios, e uma pequena roça, para ajudar no abastecimento do Posto e para ser utilizada como meio de troca com os índios. Esta primeira fase é marcada por hostilidades abertas por parte dos índios. É nesse momento que acreditamos ocorrer os trabalhos de persuasão, no sentido de evidenciar aos índios a superioridade tecnológica do branco e portanto, a ineficácia da resistência ao contato. Este é um aspecto que os defensores do SPI e mesmo aqueles que lideram as expedições de pacificação normalmente omitem ou deixam em segundo plano, mas que, na verdade, tem papel decisivo no processo. Não podemos nos esquecer que, na maioria das vezes, quando a turma de pacificação entra em ação, os índios já estão exauridos física e mentalmente, devido às pressões exercidas pelas frentes de expansão da sociedade nacional, encurralados nos últimos bolsões de refúgio de que dispõem.

A primeira fase do contato é marcada pela hostilidade aberta dos índios, que em ataques sucessivos fazem todo o esforço para expulsar os invasores. Esses primeiros ataques têm uma importância capital porque permitirão evidenciar, aos olhos dos índios, o ânimo amistoso dos pacificadores e sua firme disposição de não hostilizá-los. É indispensável, nessa fase, combinar uma atitude serena e pacífica com uma conduta rigorosa, capaz de demonstrar aos índios que o grupo conta com armas, sabe utilizá-las, está bem defendido e só não os ataca por não desejar fazê-lo. Assim se procede, disparando para o ar, quando os índios durante os ataques se acercam demasiadamente da casa e ameaçam invadi-la[...]. (Ribeiro; 1977, p. 153)

Em seguida, começa a fase do chamado “namoro”, que consiste em deixar brindes e presentes para os índios, de forma a demonstrar-lhes a vontade de estabelecer um contato amigável. Essa fase pode durar dias, meses e até anos. Ainda na fase do namoro, os índios passam a aceitar os presentes e a deixar, em troca, seus utensílios, em uma demonstração de amizade.

A última fase é a da confraternização, quando os funcionários da Funai recebem convite para visitar a aldeia ou quando os índios visitam o Posto em companhia das mulheres e das crianças, evidenciando o caráter não-belicoso da visita.<sup>3</sup> É por isso que os agentes da Funai chamavam essa operação de “pacificação”.<sup>4</sup> Ao final do processo, o Estado logra o seu objetivo, qual seja, o de “sedentarizar” os índios, organizando-os espacialmente, de forma a liberar partes de seus territórios tradicionais, que agora são consideradas apenas terras, no sentido econômico que esta tem para a sociedade não-índia. Neste sentido, as “pacificações” podem ser vistas, assim como a constituição de reservas indígenas, como parte e produto de um “sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que se procura construir como de abrangência nacional” (Souza Lima; 1992,40).

O século XX marcou algumas mudanças nos processos de “pacificação” dos índios. Os métodos, entretanto, continuaram, em última instância, os mesmos desenvolvidos durante o Período Colonial,<sup>5</sup> apenas os meios utilizados é que são outros: o avião, o barco a motor, os rádios de telecomunicação e o GPS. Um exemplo de pacificação em que foram utilizados esses meios “modernos” foi a dos Txicão.

Certa manhã, no princípio de outubro, realizando um vôo [...] localizamos a aldeia [...] atendendo a um nosso pedido, o piloto do Spirit rodou demoradamente sobre o descampado e finalmente desceu até tocar com as rodas no chão. Os aviões – se bem comandados – poderiam descer ali. [...] Então numa data previamente marcada, decolamos do posto Leonardo. No cesna embarcaram os autores deste relato e o índio Pionin; no Hélio seguiram o professor Eduardo Galvão, o cinegrafista Jesco Von Putkammer e o trabalhador Benedito Celestino

Prevendo que os índios – atraídos pelos vôos – estariam no descampado, combinamos o seguinte: os aviões, depois da aterrissagem, na várzea, não teriam os motores desligados; desceriam apenas os autores e o índio Pionim. Na eventualidade de um malogro completo, os aviões decolariam imediatamente.

Decorridos quarenta minutos de vôo, atingimos e sobrevoamos a aldeia. Não vimos pessoa alguma, mesmo assim, deixamos cair sobre ela uma parte dos objetos que havíamos trazido. Rumamos em seguida para o descampado e, chegando lá, avistamos grupos de índios que procuravam se ocultar nas moitas de capim ralas e distantes umas das outras. Todos eles seguravam arcos em posição de lançar flechas. Não resistiram porém ao ruído dos aviões que davam rasantes sobre o descampado e saíram correndo. Logo em seguida, os aterrissaram, mas os motores continuaram funcionando. Desembarcamos [...] e continuamos na direção de um grupo de índios [...] que recuavam à nossa aproximação . [...] Retornaram gritando e gesticulando ao cabo de um minuto. De repente, vinte ou trinta índios, dispostos em linha, brandindo energicamente seus arcos e flechas, vieram correndo para o nosso lado. À pequena distância pararam, mas não permaneceram no mesmo lugar, passaram a caminhar agitadamente de um lado para outro, como se estivessem pisando em brasa [...]. Falando sem cessar, gesticulando, dançando, estendiam para nos seus arcos e flechas ou simplesmente os lançavam aos nossos pés [...] então fizemos um aceno aos pilotos, e os motores foram desligados.” (Villas Boas; 1994, p. 587 e 588).

Pacificados ao preço do medo dos “engenhos voadores” que sobrevoavam ameaçadoramente as suas aldeias, assim foram pacificados

os Txicão. Trata-se de um caso emblemático.<sup>6</sup> Não podemos esquecer que a guerra não visa pura e simplesmente a destruir fisicamente o adversário, mas, principalmente, a quebrar sua vontade política subordinando-a, controlando-a. Neste sentido, deve-se evitar confundir a violência pura e simples com a administração, medida e pesada, da força através da qual a chantagem e o medo tornam a guerra, ainda presente, uma ameaça latente. A pacificação da força é um aspecto muito delicado para as partes envolvidas, resultando de um processo de concessões de uma ou de ambas as partes, assim como de um processo pedagógico, de uma aprendizagem acerca de uma nova correlação de forças que se impõe às partes.

Essa presença dos brancos, com seus instrumentos tecnológicos muito superiores, deixou profundas recordações na memória dos índios, e demonstra que desempenharam papel decisivo para quebrar as resistências ao contato. Vejamos, então, como os Juruna narram o contato, seus medos, suas reações à presença do branco.

“Nós não tínhamos nem aldeia, a gente só ficava andando. Aí começamos a escutar barulho de avião. Primeiro nem sabíamos o que era; eu era menino [...]

- O que é isso? Barulho que vem de cima?

Todo mundo correu para o mato, mas depois o avião foi embora. Aí meu avô falou:

- Parece que são os brancos, passando por cima de nós.

Então nós resolvemos subir o rio de novo, andando. Nós não tínhamos aldeia, não..[...]

Então o barco chegou. Pararam e meu pai pensou que era Kamaiurá que queria brigar. Os Juruna entraram todos na canoa e queriam fugir, com medo. Nem levaram rede, porque não deu tempo.

Depois eu ouvi barulho de motor. Então o pessoal falou:

- Não, esse não é índio, é branco mesmo.

Cláudio e Orlando trouxeram um Kamaiurá que falava Juruna. Ele nos chamou:

- Vem cá!

Nós estávamos entendendo a língua.

- Vem cá que o branco não está querendo brigar com vocês. Só tá querendo amansar vocês, dar presente.

Mas ninguém acreditou, ficaram com medo. Fugiram todos para o mato. [...] Depois o pessoal branco desceu mais lá para baixo. [...] vieram até a aldeia [...] Eles não mexeram em nada, nem nas coisas de festa. O Orlando não deixou mexer em nada. Rede, nada. Deixaram facas, foice e camiseta pendurada. só.

Aí os Juruna voltaram e viram tudo isso. Não mexeram em nada, pensaram:

- Será que o caraíba está bonzinho? Será que o caraíba não quer nos matar? Então vamos conversar com eles.

Fizeram reunião.

- Vamos juntar todo mundo aqui e conversar com eles. Para saber se eles vão nos matar, acabar com a gente.

[...]Dali a cinco dias desceram de barco de novo e veio muita gente [...] Vieram: Orlando, Cláudio, motorista, um Juruna criado pelos Kamaiurá e um Kamaiurá. Eles nos chamaram:

- Vocês não vão fugir não, porque branco não mata ninguém não. Nós só queremos amansar vocês. [...]

Aí todo mundo entendeu. O Orlando Villas-Boas levou facão, faca. Levaram também máquina de tirar foto e revólver. Os Juruna mandaram o pessoal branco tirar o revólver, deixar no chão. Quando branco foi tirar foto, eles correram para pegar ele, porque pensaram que era revolver. Aí aquele Juruna criado com Kamaiurá falou:

- Isso aí não é revólver não, é máquina para tirar foto.

Então soltaram ele. Ficamos conversando com ele. Abraçaram o pessoal e deram facão e espelho.[...] (Carandine Juruna, História Juruna, 27 de fevereiro de 1990, aldeia Tuba-Tuba, versão oral In: Ferreira; 1994, p.175 e 176).

Desta forma, foram pacificados inúmeros outros grupos indígenas ao longo do século XX. Já não são mais os sertanistas de outrora com poucos meios de intervenção. São expedições bem equipadas, com modernos meios de comunicação, transporte e infra-estrutura, incluindo o GPS, os telefones ligados diretamente a satélites, nas quais a superioridade tecnológica do branco é mostrada propositadamente aos índios, de forma a demonstrar-lhes não restar outra alternativa que não a de depor as armas, como fizeram os Txicão.

Que leitura poderemos fazer destes episódios? Retomando Darcy Ribeiro (1977), que vê nas “pacificações” uma intervenção deliberada, heróica, no sentido de salvar os índios isolados de um fim iminente, e Souza Lima (1992), que ressalta as pacificações como uma espécie de guerra sublimada, diríamos que, para nós, as pacificações podem ser vistas como uma das estratégias do Estado em relação aos índios. Uma estratégia em que se assiste a um “estado de guerra” não declarado – fato que torna menos evidente o peso decisivo da violência existente nas guerras declaradas, mas que existe, mesmo assim, subjacente às ações das expedições de pacificação – cujo objetivo final é comum a todas as guerras, o objetivo de quebrar a vontade política autônoma do adversário. As turmas de pacificação funcionam, assim, como pequenos exércitos, baseados em um rígida disciplina militar,<sup>7</sup> nas quais os chefes das expedições (os sertanistas) agem como chefes militares que seguem um plano estratégico de administração medida da força, de forma a “quebrar” a vontade política autônoma dos índios.

Uma vez quebrada a autonomia política destes índios, agora submetidos aos jogos e interesses do Estado e seus agentes, novos problemas surgem. Como garantir-lhes o acesso a informações sobre a realidade a que se vêem inseridos, ajudando-os a perceber os aspectos mais amplos da realidade nacional? O acesso a estes conhecimentos supõe o intercâmbio com diferentes setores da sociedade brasileira, possibilitando assim que os próprios índios elaborem e reelaborem suas estratégias, garantindo pelo menos a possibilidade de uma real autonomia. Na realidade, isto não acontece. Uma vez contatados, os índios têm seus momentos iniciais de relações com a sociedade envolvente controlados pelos agentes do Estado ou de missões religiosas que atuam junto aos mesmos. Este controle leva a uma forte dependência dos índios em relação aos agentes do contato, possibilitando-lhes ainda uma visão reduzida e, conseqüentemente, distorcida da sociedade majoritária. Eis uma questão ainda não resolvida a contento e que, por isso, talvez seja uma das maiores violências já cometidas contra tais sociedades. Após a guerra declarada, inicia-se uma guerra muito mais insidiosa, a guerra sublimada, que vem marcando as relações interétnicas no país, mas esta é uma outra história!

## Résumé

En utilisant un cas qui a été véhiculé par la presse brésilienne, cet article étudie la politique indigeniste tout au long du XX<sup>e</sup> siècle et met en évidence quelques aspects des actions de l'État dans le sens d'établir des contacts avec les groupes indigènes autonomes en les subordonnant à la société blanche.

*Mots-clé:* Politique indigeniste; XX<sup>e</sup> siècle; Brésil.

## Notas

- 1 A expressão 'fronteiras da civilização' foi utilizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1977) para designar o processo do avanço da sociedade brasileira sobre os territórios das diversas etnias indígenas.
- 2 Souza Lima (1992).
- 3 Uma descrição mais detalhada do processo de pacificação é encontrada em Ribeiro (1977). Esse autor, entretanto, relega a segundo plano aspecto que julgamos muito importante no processo, que é o "trabalho pedagógico" da turma de pacificação, que se esmera em demonstrar sua superioridade tecnológica para minar as resistências dos índios. Não raro, promovem queima de fogos de artifício ou aulas de tiro ao alvo, quando atiram em animais para mostrar a superioridade de seus métodos de caça.
- 4 Existe uma abordagem interessante das pacificações em Souza Lima (1992).
- 5 Alguns autores, como Ribeiro (1977), creditam a Rondon a paternidade do método de atração/pacificação de índios através da doação de brindes e do chamado "namoro", mas essa prática remonta ao Período Colonial. Esse método foi utilizado pela índia Kayapó Damiana da Cunha, contratada pelo governo da província de Goiás no século XVIII como sertanista, a fim de atrair grupos Kayapó para os aldeamentos fundados naquela província.
- 6 As referências à chantagem e à persuasão pela ameaça do uso da força, representada pelos instrumentos de destruição mais poderosos, em mão dos brancos, como metralhadoras, dinamites, espingardas, assim como a demonstração do uso de tecnologia poderosa, representada pelos aviões, barcos a motor etc., são uma constante nos relatos dos primeiros contatos com os Xavante, Nambikwara, Yanomami, entre outros. Tais recursos, certamente, ajudaram a arrefecer o ânimo belicoso dos grupos autônomos, favorecendo a aceitação da paz imposta pela sociedade majoritária.

7 Esse fato pode ser evidenciado a partir das leituras dos relatos dos sertanistas sobre as pacificações. Ver Villas Boas (1994).

## Referências Bibliográficas

BAINES, S. “*É a Funai que sabe*”: a rente de atração Waimiri-Atroari. Belém, Museu Goeldi, 1991.

BRASIL. *Brasil Indígena*. Brasília, Funai, 1992.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Histórias do Xingu: coletâneas de depoimentos dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão*. São Paulo, USP/FAPESP, 1994.

GALLOIS, Dominique Tilkin. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contatados. In: GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/M.N. Tese de Doutorado, 1992.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos feitichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. Dissertação de Mestrado, 1985.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Militares, índios e fronteiras política In: LÉNA, Pilippe & OLIVEIRA, Adélia (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, 363 p. (Coleção Eduardo Galvão).

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.155-172.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *O santo soldado; pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida*. Esther de Viveiros. Comunicação, 21: 1-80, 1990.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* 2ªed. (1ª ed. 1970), Petrópolis, Vozes, 1977.

VILLAS BÔAS, Orlando & VILLAS BÔAS, Cláudio. *A marcha para o oeste*. São Paulo, Globo, 1994.